

Recado da apreensão

Estranho, estranhíssimo — na forma, na escolha do local, na singularidade da platéia —, o recado que o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou de Buenos Aires, com destinatário e endereço em branco, mas projetado num fundo de apreensão que ilumina a extravagante mensagem.

Registre-se, desde logo, que não se trata de desabafo improvisado pela entusiástica recepção que o presidente Carlos Menem esmerou-se em tributar ao seu parceiro no Mercosul e nos identificados anseios de renovar mandatos, ao embalo de reeleições.

O presidente fez questão de deixar claro que matutou longamente na conveniência do aviso, despachado com todos os sinais da premeditação. Leu discurso, com o requintado gesto de afago aos hospedeiros de exhibir seu castelhano de caprichada pronúncia, na tribuna armada ao fundo da mesa do almoço oferecido pelo presidente da Argentina, Carlos Menem, a cerca de mil empresários argentinos e brasileiros, inclusive a infectível cota de banqueiros.

Sem provocação e com discutível senso de oportunidade, montou a fala em torno do tema principal, logo enunciado após os acordes introdutórios. E falou grosso para a assistência, a princípio embasbacada pela surpresa e logo atraída pela enérgica condenação verbal da roubalheira e o compromisso da punição.

Não é demais reproduzir o miolo de sustância do discurso, na modéstia da tradução para o português. Vamos lá: “Mas que não reste dúvida sobre a disposição deste governo de apurar todos os eventuais ilícitos que forem comprovados. Os banqueiros que gerenciaram mal os recursos sob sua guarda arcarão com as consequências de seus erros, nos termos da lei”. O presidente alcança o ponto de mais enfática estridência: “E que não haja dúvida sobre este ponto: irão para a cadeia se condenados pela Justiça. Este é um compromisso de meu governo. E quero ser cobrado”.

Vamos percorrer a sinuosa trilha da perplexidade. Por que o discurso para platéia de empresários argentinos e brasileiros e nas bochechas rosadas do presidente

Menem? Afinal, o que é que Menem e empresários argentinos têm a ver com um assunto doméstico, que deve ser discutido em reunião de família, com portas e janelas fechadas para não despertar a bisbilhotice dos vizinhos.

À falta da explicação do porta-voz Sérgio Amaral, resta o expediente da especulação. Se o recado não foi nem podia ser para os argentinos, a intenção da ameaça também não deve ser pregar um susto nos banqueiros: nos falidos e nos que se equilibram na corda bamba, com olhos gulosos voltados para a generosidade do Proer. Seria, então, para o Congresso? Não faz sentido. Pois se o presidente empenhou-se a fundo para evitar que se instalasse a CPI dos bancos não pode cobrar da diligência do Legislativo a apuração de responsabilidades.

Bem, o discurso ressalva duas vezes que serão punidos os erros e malversações, “nos termos da lei” e que os condenados pela Justiça irão para a cadeia. Assim, à primeira vista, parece que FH resolveu dar um puxão de orelhas na Justiça, desafiando-a a aplicar as penas da lei nos réus de colarinho branco.

Até que o recado não pegaria mal. Mas, no caso, a Justiça só poderá ser acionada — e cobrada pela omissão ou tolerância — depois de receber a denúncia encaminhada pelo Executivo.

Repreensão em público nas bandas complacentes do governo? Ou, para fechar no mais plausível, o presidente está mandando o recado ao eleitor, ao povão que nas pesquisas e por ampla maioria, manifesta sua desaprovação ao festival de impunidade? Deve ser por aí.

* Repórter político do JORNAL DO BRASIL

**Se FH empenhou-se
para evitar a CPI não
pode cobrar do
Legislativo a apuração
de responsabilidades**